

O VIÉS POLÍTICO-ALEGÓRICO NO ROMANCE SUL-RIO-GRANDENSE: *MÊS DE CÃES DANADOS*, DE MOACYR SCLiar

Silvia Niederauer¹

RESUMO: A literatura do Rio Grande do Sul não foge à polêmica relação entre literatura e política. No sistema literário gaúcho também se questiona se é possível ao escritor isentar-se da política. Ao lado dessa questão, ainda há outra: a politização da literatura não envolve o perigo do seu empobrecimento estético e da sua redução à forma panfletária? Nem todo autor politicamente engajado produz boas obras literárias; por outro lado, autores que não tiveram a pretensão de escrever romances políticos, terminaram por nos legar obras essenciais. Considerando esses pressupostos, este artigo contempla reflexões sobre *Mês de cães danados*, publicado em 1977, por Moacyr Scliar, no qual o autor lança um olhar mais aguçado para a moderna história política brasileira, mais especificamente para a questão da dessacralização da tradição do passado sulino, por meio do episódio da Legalidade – movimento liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, em favor da posse legítima de João Goulart, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961.

PALAVRAS-CHAVE: Alegoria; romance; *Mês dos cães danados*.

ABSTRACT: The literature from Rio Grande do Sul does not escape the controversial relationship between literature and politics. In gauchó literary system the question of whether it is possible for a writer to exempt him/herself from politics is also an issue. Besides, there is another question: wouldn't the politicization of literature involve the danger of its aesthetic impoverishment and its reduction to pamphletary form? Not every politically engaged author produces good literary works; on the other hand, authors who did not have the intention of writing political novels ended up bequeathing essential works. Considering these assumptions, this article includes reflections on Moacyr Scliar's *Mês de cães danados*, published in 1977, in which the author shows a keen eye for modern Brazilian political history, more specifically the issue of the desecration of southern history, through the episode of Legality - movement led by the governor of Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, in favor of the legitimate possession of João Goulart, after the resignation of President Janio Quadros in August 1961.

KEYWORDS: Allegory; novel; *Mês de cães danados*.

No universo infinito da literatura sempre se abrem outros caminhos a explorar, novíssimos ou bem antigos e formas que podem mudar nossa imagem do mundo...

(Ítalo Calvino)

Stendhal, em comentário crítico, diz que “a política numa obra literária é como um tiro de pistola em meio a um concerto, algo estridente e vulgar, e ainda assim, de que não é possível desviar a atenção” (STENDHAL apud HOWE, 1998, p. 3). As palavras do autor

¹ Doutora em Letras. Professora do Mestrado em Letras – Literatura Comparada da URI, campus de Frederico Westphalen. E-mail: silvia.niederauer@yahoo.com

francês refletem-se em sua obra, quando ele delinea e colore, através de uma “variedade dominante do pensamento moderno, para ver o que a intrusão violenta da política causa, ou talvez, com o que contribui à imaginação literária” (HOWE, 1998, p. 3).

Desse modo, deve-se pensar como se estrutura e se constrói o romance político. Esta pesquisa revela que ele se organiza a partir de tensões internas, da contraposição entre realidade e ideologia, pois, ao tratar de sentimentos morais, paixões, emoções, procura, sobretudo, apreender a qualidade concreta. Irwing Howe afirma que, ao lado da concretude da realidade, a ideologia emerge “abstrata como deve ser e, portanto, provavelmente recalcitrante sempre que seja feita uma tentativa para incorporá-lo ao fluxo de impressões sensuais do romance” (HOWE, 1998, p. 6).

Da afirmação do teórico depreende-se que o romance tenta confrontar a experiência, que é imediata e íntima, com a ideologia, que é abrangente e coletiva. Esse conflito é responsável pelo surgimento de uma narrativa política. O romancista político assume riscos maiores que outros escritores, porquanto, ao trabalhar com uma matéria considerada “impura”, a meta pretendida por ele, entretanto, é bem maior. Ele manipula, simultaneamente, várias ideias, observando-as em suas relações opostas, mas interdependentes.

As ideias oriundas da vida real permanecem invioláveis; o romancista não pode e, geralmente, não tem qualificação para alterá-las “em seu próprio domínio” (HOWE, 1998, p. 9). Desse modo, o criador do romance político, predominantemente voltado para a crônica do presente, apresenta, entre os muitos fatores que se encontram no sistema de movimentos constitutivos do romance, sua própria opinião como um dos mais ativos. Em consequência, os critérios para se avaliar um romance político devem ser os mesmos para a avaliação de qualquer romance, uma vez que, “político” ou não, o fluxo da sua experiência confronta-se com a diversidade do motivo, e a ação contamina a pureza ideal.

A literatura do Rio Grande do Sul não foge à polêmica relação entre literatura e política. No sistema literário gaúcho também se questiona se é possível ao escritor isentar-se da política. Ao lado dessa questão, ainda há outra: a politização da literatura não envolve o perigo do seu empobrecimento estético e da sua redução à forma panfletária? Nem todo autor politicamente engajado produz boas obras literárias; por outro lado, autores que não tiveram a pretensão de escrever romances políticos, terminaram por nos legar obras essenciais. Para Irwing Howe, “romancistas comprometidos com temas políticos não têm necessariamente que

chegar a conclusões políticas: em geral é melhor que não tentem fazê-lo” (HOWE, 1998, p. 157). Segundo o pensamento do crítico, a política envenena a literatura na medida em que subordina a criatividade e a necessária autonomia do intelecto às lealdades do grupo e seus dogmas. Nem mesmo em nome da pureza estética, da “arte pela arte”, entretanto, o escritor pode ausentar-se do mundo real e da política, porque não existe homem apolítico e nenhum autor é plenamente apolítico, assim como “nenhum livro é de todo neutro”, segundo George Orwell (2004, p. 113).

Os autores gaúchos não silenciaram e não subordinaram sua criatividade e autonomia ao interesse de grupos políticos. Desde suas primeiras manifestações, a literatura gaúcha centra seu interesse na relação história e ficção, salientando e enaltecendo, principalmente, a voz dos vencedores. Regina Zilberman mostra, em *A literatura no Rio Grande do Sul*, reflexos políticos, nessa literatura, consequentes de situações estruturais governamentais acontecidas fundamentalmente nos últimos cinquenta anos do século XX, conferindo-lhe “nítido contorno engajado” (ZILBERMAN, 2001, p.128). A crítica literária gaúcha indica Erico Veríssimo como o iniciador desse ciclo com *Incidente em Antares* (1971), seguindo-se Moacyr Scliar, com *Mês de cães danados* (1977), objeto de nosso estudo, e Josué Guimarães, com *Os tambores silenciosos* (1977).

Mês de cães danados, publicado em 1977, recebeu o Prêmio Brasília, conferido pela Fundação Cultural do Distrito Federal para obras inéditas de ficção. No romance, o autor lança um olhar mais aguçado para a moderna história política brasileira, mais especificamente para a questão da dessacralização da tradição do passado sulino, por meio do episódio da Legalidade – movimento liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, em favor da posse legítima de João Goulart, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961. Conforme Ana Cecília Água de Melo, deve-se notar “que a circunscrição local do texto se abre para a discussão de um período decisivo na história recente do país, o que, na estrutura da narração, está dado na fala de Mário Picucha ao ‘Paulista’, o interlocutor silencioso”. (MELO, 2004, p. 17).

Construído sobre os últimos dias de agosto de 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros, o romance estrutura-se a partir da perspectiva particular de Mário Picucha, narrador-protagonista, voz única do universo diegético. Mendigo, culto e crítico, que perambula pelas ruas de Porto Alegre e relata a posse do novo Presidente da República, João Goulart. A

grande reflexão sobre momentos importantes da história do Brasil realizada sob a ótica de Mário/mendigo (filho bastardo de fazendeiro de tradicional família, que decai até a sarjeta de uma rua de Porto Alegre) revela não só a trajetória de um homem de tradicional família dos pampas gaúchos até a mendicância, como também intercala a sua vida atribulada, aos anos agitados, às aventuras, aos amores, ao seu heroísmo, questões socioeconômicas e políticas do Estado e, por extensão, do país.

Pelo relato de Mário Picucha ficam conhecidos os dois fios que se entrelaçam: de um lado, a economia agropastoril do Rio Grande do Sul em declínio; de outro, a política brasileira que entra em crise, o que desencadeará a instauração da ditadura militar logo em seguida. Se Mário Picucha está condenado a morar na rua, tendo por teto o seu poncho, resquício dos tempos áureos da tradicional família dos pampas gaúchos, o Brasil também está fadado a um período de “trevas”, de incertezas e golpes vários. Por esse viés, o protagonista e o seu destino constituem a grande alegoria daquele 1961, sul-rio-grandense e brasileiro. São eles representativos da impotência, da pobreza de forças, mas que, via linguagem/memória, ainda tentam reagir contra as forças opostas.

A estratégia narrativa que sustenta *Mês de cães danados* é levada a efeito por um narrador autodiegético, que narra a um interlocutor, chamando por ele de “paulista”, os acontecimentos políticos que têm espaço naquele mês de agosto de 1961, “na expressão do narrador, [é chamado] mês de cães danados” (SCLIAR, 1977, p.7).

O narrador, que de início se apresenta simplesmente como Mário, sofre a sequelas de grave fratura na perna e habita, na condição de indigente, a calçada de uma das principais ruas do centro de Porto Alegre e oferece ao “paulista” uma boa história, por alguns trocados. Mário chama a si próprio de “Picucha”, para dar “à história um tom pitoresco um ar regional” (SCLIAR, 1977, p.7), chamando ao seu interlocutor de “Paulista”, porque pensa que ele é um recém-chegado da “terra dos bandeirantes” (SCLIAR, 1977, p.7). O narrador-contador exige que sua história seja gravada e afirma que conhece “a moderna tecnologia da informação” (SCLIAR, 1977, p.7).

Leitor de folhas de jornal encontradas na rua e de velhas revistas que uma senhora lhe dá, Picucha também frequenta a biblioteca, que fica a poucos metros do espaço que ocupa na calçada. Por isso, ele se considera orador “lúcido e articulado” (SCLIAR, 1977, p.7), capaz de usar, quando fala, palavras que “muita gente não usa escrevendo” (SCLIAR, 1977, p.7). Por

meio de notícias publicadas nos jornais que ele lê, do conhecimento armazenado nos livros da biblioteca que frequenta, ele recupera a memória da cidade de Porto Alegre e do país. Salienta-se, desde as primeiras páginas do livro, condição degradada do narrador-personagem, mas tal condição não o impede de ser um guia para o paulista, “fornecendo direções e apresentando os principais espaços públicos, como a biblioteca, cujos interiores são descritos com refinamento” (SCLIAR, 1977, p.56-57). Assim, o estado de mendicância em que vive o narrador parece não coadunar com o conhecimento que ele revela. É através de seus saberes que o ouvinte “paulista” e o leitor constata o desenvolvimento da exploração da cultura popular e do turismo do Rio Grande do Sul, confirmando o pleno florescimento do mercado cultural no país, integrado ao projeto político do regime ditatorial pós-64. Nessa época, o Brasil visto em sua multiculturalidade devia integrar-se e, segundo o regime político, a mercantilização e disseminação da cultura popular levaria à unidade na diversidade.

Ao lado dos acontecimentos políticos, sociais e históricos, Picucha relata sua vida que se mescla aos fatos políticos e econômicos que ganharão ênfase na narrativa. Esse entrecruzar de histórias promove a grande alegoria que se fará presente em toda a construção romanesca. Note-se que Picucha mimetiza toda a sorte de tumultos, denúncias, privações e desconforto sofridos pelo povo sul-rio-grandense e brasileiro, pois que o “levante” aqui iniciado por conta do governador Leonel Brizola, abarca todo o território brasileiro.

A partir da narrativa de Mário Picucha, desmitifica-se o passado glorioso sul-rio-grandense, formado, principalmente, por grandes estancieiros, senhores da terra e, por extensão, do poder maior do Estado. Exemplo disso se dá quando seu irmão, Artêmio, vai ao seu encontro, em Porto Alegre, na tentativa de fazer com que não mais ‘explore’ financeiramente seu pai, pois os negócios no campo estão a passar por uma crise sem precedentes.

Via memória/narrativa, Picucha retoma o tempo em que a família vivia no e do campo, com a superioridade própria daqueles que desfrutavam das condições necessárias de dignos e altaneiros senhores do campo, mesmo que a riqueza não fizesse parte integrante deste modo de vida. A condição de filho bastardo, reconhecido pelo pai, mas não aceito pela esposa legítima, coloca-o à margem de qualquer possibilidade de reinstalar a soberania dos ‘centauros dos pampas’, ou melhor, de reavivar a história sulina sob a perspectiva do poderio da classe dominante de fazendeiros:

Sobrenome? Não, sobrenome não. [...] Eu te diria até que esqueci o meu sobrenome... [...]. É que, sabes, sobrenome não tem importância. Não tem não. Acredita em mim. Olha: quem te diz isto tinha um sobrenome ilustre. Estava até gravado nos copos de uma espada. [...] Não tenho sobrenome, não tenho família. Outras coisas que não tenho: casa própria; conta bancária; carteira de identidade; cartão de crédito; carro; cão de guarda – pata ficar só na letra C. Cavalos. Não tenho cavalos (SCLIAR, 1977, p.8).

A propósito – queres um mate, paulista? Não queres? É bom que não queiras. Estou sem erva-mate. Aliás, sem cuia também. E sem bomba (SCLIAR, 1977, p.39).

A trajetória de uma história que não cabe mais no presente está ressaltada pela ausência do meio de locomoção típico usado pelo homem do campo: o cavalo. Esse animal dá sentido ao epíteto “centauro dos pampas”, pois legitima o gaúcho que não abre mão da companhia do cavalo, confundindo-se com ele nas coxilhas sul-rio-grandenses. Daí a degradação de Picucha, pois ele não mais representa o homem poderoso, senhor dos pampas, uma vez que nada possui, nem mesmo a bebida amarga e sorvida quente, o mate ou chimarrão. Ele “se vende” por pouco dinheiro ao “paulista”, ao contar-lhe sua história: a dignidade, força e superioridade, características do verdadeiro “monarca das coxilhas”, não fazem parte do seu cotidiano. Trata-se do gaúcho sem raízes, que perdeu sua identidade e, desse modo, perde-se enquanto representativo de uma classe, de uma sociedade que, por muito tempo, dominou as terras sulinas com altivez e pleno poder de mando.

Dessacralizado o mito do gaúcho, também o momento presente para o Rio Grande do Sul é de perdas, pois a situação econômica e política do Estado é outra. Assim como o passado está sendo ‘enterrado’ às custas de um esquecimento providenciado estrategicamente pelo não-revisionismo histórico, porque não interessa que a História seja passada a limpo, Picucha é, ainda, o resquício vivo de uma História que não tem mais lugar no presente, apesar de o presente estar ainda nebuloso. Por isso, seu desaparecimento é inevitável, assim como o ‘apagamento’ dos acontecimentos daquele período. Imperioso é que a memória seja mantida, assim acredita Picucha, uma vez que sua narrativa, mediante pagamento adiantado do “paulista”, assegura sua perpetuação.

A desmitificação do gaúcho, narrador dos episódios transcorridos no ano de 1961, não se dá única e exclusivamente por não continuar mantendo os hábitos tradicionais do homem do pampa (tomar chimarrão, andar a cavalo, por exemplo), mas sim porque sua trajetória de vida, narrada por ele mesmo, não confirma a soberania da classe tradicional da qual é um

representante. Ao contrário, a sua vida é o espelho da decadência da classe dominante, composta por fazendeiros ricos, abalada pelas mudanças políticas e econômicas que tomam conta do Estado. Seus irmãos são exemplos das transformações ocorridas no cenário político e econômico sul-rio-grandense: o mais velho, Artêmio, adepto do governo gaúcho, afiança fidelidade ao governador Leonel Brizola, que impõe a resistência ao golpe militar; o outro, mais moço, torna-se um rico industrial em São Paulo e, posteriormente, ajuda Artêmio, ex-esquerdista, dando-lhe emprego em seus negócios. Assim, as duas facções, a rural e a industrial, que surgiram no Rio Grande do Sul são apresentadas. Picucha é o passado que, por não sustentar as glórias, decai e deve ser eliminado e esquecido.

O narrador vê seu mundo desmoronar e, ao narrar sua trajetória, narra a trajetória política e social brasileira. Entendendo tanto a literatura como a História como narrativas, de certa forma, o relato subjetivo de Picucha traz à tona os impedimentos sociais e, por extensão, políticos, a que ele, e também o Brasil, foram submetidos. Seu relato, então, pode ser entendido como forma de resistência às atrocidades sofridas naquele período: se ele sofreu repressão, é pela narrativa que retoma o ato de liberdade. Na obra de arte, a verdade assume múltiplas possibilidades e, por isso, torna-se instável. Esta instabilidade é significativa, pois que a narrativa ficcional não tem o compromisso com a verdade factual e pode, por isso, mover-se de maneira mais flexível que a narrativa do historiador, esse, sim, com o propósito primeiro de chegar, o mais próximo possível, da verdade dos acontecimentos ocorridos em um dado momento da História.

Mês de cães danados, por trazer um narrador em primeira pessoa, contraria um relato tipicamente histórico, pois apresenta a sequência dos fatos pela ótica subjetiva de um narrador que, o tempo todo, emite seu parecer, seus juízos de valor. Esse narrador autodiegético conversa com um interlocutor cuja voz não aparece, mas que se sabe interessado na história contada. Mesmo entremeadas por episódios particulares, a grande motivação são os acontecimentos daqueles dias de agosto de 1961, que ficaram conhecidos como Legalidade.

O relato de Picucha é construído sobre a base melancólica das lembranças de um ‘outro tempo’, que parece ser melhor do que o vivido no presente. A melancolia saudosista encobre, segundo Flávio Kothe, a “manifestação e denúncia implícita do reprimido” (KOTHE, 1986, p. 67). Significa dizer que o relato de Picucha traz à tona o fracasso pessoal do narrador-personagem, assim como o fracasso político brasileiro que apenas adiou a

ditadura militar, pois 1961, de certa forma, foi “um ensaio geral para o golpe de 1964, segundo Felizardo (2003, p. 70).

Considerada por este prisma, a narrativa de Scliar deixa entrever que a verdade acontece por meio da sua suspensão, ou seja, a verdade, na obra ficcional, não aparece de fato, mas sim apenas como proposta de questionamento sobre ela. Daí a importância capital da presença de um narrador em primeira pessoa: os fatos são (foram) vistos e filtrados por sua ótica, o que impede o confronto de mais de um ponto de vista. A subjetividade deflagrada pelo relato de Picucha é de fundamental significado porque deixa clara a visão de um homem, que ainda é memória viva daquele período de conflito na capital rio-grandense, e, portanto, presentifica um passado importante para a história brasileira, mas que se quer esquecido. Assim, a função do interlocutor, que não fala diretamente, embora se saiba de sua existência apenas pela maneira como o narrador continua seu relato, é de resgate da memória, para, então, colocar um “ponto final” no passado que não pode mais ser lembrado.

Picucha, como “arquivo vivo” daquele período, ativo participante dos acontecimentos, mesmo que motivado por uma causa particular, cartografa a (quase) totalidade da história daquele agosto de 1961. Pelo seu relato oral, vai ordenando o material histórico que está a ser recolhido pelo “paulista”, mesmo que o narrador, ao que parece, ingênuo, não saiba exatamente qual a finalidade do interesse de seu ouvinte. São várias as tentativas de desvelar a sua identidade:

A propósito: não é para jornal, é? [...]. Ah, não é para jornal. Bom. Para dizer a verdade não tens mesmo cara de jornalista. Perguntei por descargo de consciência (SCLIAR, 1977, p.7-8).

A propósito, és turista, meu? És destes de camisa colorida e máquina a tiracolo? (SCLIAR, 1977, p.44).

Apesar de não saber quem é e para quê quer saber dos acontecimentos ocorridos em Porto Alegre naqueles dias de agosto, Picucha vai falando o que sabe, o que viu, ao mesmo tempo em que resgata sua vida pretérita, da infância, da família, da sua condição de filho ilegítimo, assim como fala de sua vida amorosa, de estudante de Direito na capital, de suas aventuras com mulheres. Mendigo por opção, terrorista malsucedido, ele mora na rua, vive de contar histórias e do dinheiro que os transeuntes lhe dão, Picucha é o avesso do gaúcho tradicional. Entretanto, é ele o representante da memória sul-rio-grandense, sintetizando as modificações pelas quais passou o Estado, conforme afirma Regina Zilberman:

[Picucha] pertence à antiga classe dominante, e seus irmãos polarizam as tendências políticas que vieram a ser adotadas nos últimos 30 anos: a de esquerda, que acabou por aderir ao sistema; e a de direita, que pode progredir e enriquecer (ZILBERMAN, 1992, p. 128).

Se narrar histórias promove o não-esquecimento do que aconteceu, a narrativa mendigo-protagonista assume dois lados: ora resgata a História e, portanto, evita seu esquecimento; ora traz à tona situações que precisam ser apagadas da História factual sul-riograndense e, por extensão, brasileira. É ele, o “paulista” que, em princípio não tem nome e nem profissão para Picucha, que ascende no entendimento do narrador: Mário, no final de sua história, une os dois lados da narrativa por ele construída, uma vez que, definitivamente, compreende que sua existência, como fonte de memória viva, remonta a um tempo que precisa ser eliminado. Assim, o final do romance abre duas possibilidades de leitura: ou o relato poderia continuar e, portanto, sua vida e a perpetuação da história seriam poupados, ou o número indicado é revelador do calibre da arma que será usada para dar fim ao relato e, conseqüentemente, à prova viva daqueles anos de chumbo: “Estás pronto? Então lá vai. Trinta e dois?” (SCLIAR, 1977, p.197).

O desvelar de um autoconhecimento sombrio promovido pelo interlocutor ganha espaço por meio da narrativa de Picucha ao se (auto)revelar e, conseqüentemente, desnudar partes da história brasileira pouco ou nada elucidadas até então. Esta posição de resgate daquilo que não foi e não pode se iluminado por uma leitura crítica e reflexiva na atualidade remete à figura da Melancolia, escolha feita por Walter Benjamin, para designar o estudo sobre o drama barroco alemão. A proposta de análise feita pelo filósofo acerca deste tópico é que a melancolia é alegórica, ou seja, a alegoria “guardando ela sempre o sentido etimológico de “dizer o outro”, [sendo ela] o indício de uma perda”, segundo Kothe (1976, p. 29). É justamente a perda, tanto da identidade quanto da História pretérita brasileira que o relato de Picucha desvela para seu interlocutor que se porta como um leitor, também. Ambos, interlocutor e leitores, vão conhecendo os fatos narrados à medida que o narrador os emite e seguindo, obrigatoriamente, o seu ordenar dos fatos. Tanto o “paulista” como os leitores estão presos a uma narrativa cujo fluxo é imposto arbitrariamente e cujos acontecimentos não conhecem, pois que foram subtraídos da História oficial.

O olhar do mendigo/narrador assume uma postura melancólica diante do que viveu, e do próprio lugar de onde, agora, narra suas vivências de um tempo conturbado na política

brasileira – o ano de 1961. O mal-estar expresso na fala de Picucha determina sua inadaptação ao presente de sua vida, que é a reduplicação do momento político no qual o Rio Grande do Sul e, por extensão, o Brasil está a viver. Assim, a escrita verbal pronunciada por Picucha revela o labirinto que é a História factual, no sentido de que ela “é o não-ser do que ela representa”, segundo Kothe (1979, p. 29).

Mês de cães danados, então, traduz uma escrita que significa o outro, uma vez que atualiza o passado histórico sul-rio-grandense, trazendo-o para o momento presente e mostrando “sua reflexão sobre problemas vivos e polêmicos [...] [assumindo] uma posição sobre o tema narrado, o que garante sua vitalidade e permanência”, afirma Zilberman (1992, p. 128). Assim, as forças divergentes que impedem que a História seja passada a limpo devidamente e da qual Picucha é a prova viva de sua existência, desvelam, segundo Kothe, a “força da censura e o grito do censurado” (KOTHE, 1976, p. 35). Daí depreender-se que a alegoria instaurada na narrativa de Scliar obstrui o silêncio até então mantido acerca dos acontecimentos ocorridos no ano de 1961. Ao dizer o “outro”, a fala de Picucha traz à cena o “reprimido da História” (KOTHE, 1976, p. 35), que é o alegórico, ou seja, o “outro da História, isto é, a História que poderia ter sido e não foi (KOTHE, 1976, p.36). Ao perceber-se, ou melhor, ler-se no “outro” da alegoria o reprimido da História, a melancolia surge como um sentimento não de perda absoluta, mas de possibilidade de, como denúncia, ser a oportunidade de esperança. Ao transcender o primeiro nível de sentido e significação, propões um outro entendimento sobre os fatos acontecidos, o que é sintoma de uma retomada do tempo pretérito com o intuito de, via narrativa, reelaborar o que estava suprimido, soterrado na memória histórica brasileira.

As ideias de Picucha, reveladas por sua fala entremeada de digressões com particularidades suas e de sua família, pode ser interpretada como a “superfície primeira”, isto é, tal história seria a “permitida”, mas não aquela “buscada” pelo “paulista”, que procura outras informações; essas, sim, mais perigosas e proibidas de serem conhecidas por outros, entendidos aqui como a sociedade em geral. Assim, se a “alegoria é intencional [...] e significa” (TODOROV, 1977, 210), ela está atrelada, também, à forma como as referências àquele tempo sombrio na capital do Rio Grande do Sul são referidas. Picucha lê nas manchetes dos jornais, em especial o *Correio do Povo*, que vão dando conta dos últimos acontecimentos daquele fatídico 1961.

Mês de cães danados, como um constructo alegórico, rompe o abismo que separa o revelar dos fatos ocorridos e o seu silêncio imposto, por meio do processo interpretativo que a leitura da obra impõe. Dito de outra forma, provoca a mediação simbólica sobre os acontecimentos do “ano da Legalidade”, o levante gerenciado pelo governador do Rio Grande do Sul e seus adeptos e o descortinar detalhado do que foi aquela época. Mesmo que Picucha não tenha, de início, participado ativamente do período de agitação política de 1961, ele a tudo assistiu de um lugar privilegiado: a leitura dos jornais e a localização especial de seu apartamento permitiram que ele visse quase tudo e, por fim, tomasse uma atitude que remonta aos velhos caudilhos gaúchos – vestir-se a rigor, e sair a enfrentar a agitação e o conglomerado de pessoas fiéis aos propósitos do governador:

Vou sair, eu disse. Fui até o quarto, tirei os chinelos, calcei as botas. Boas botas, de cano alto e couro especial. Calcei as botas. Sempre me olhando ao espelho. [...] Lembrando aquela noite, paulista, concluo agora que eu tinha me transformado numa vontade, num desígnio. Eu avançando pela rua, eu já não sentia fome nem sentia frio – apesar do vento que me soprava na cara. Enchendo-me os olhos de lágrimas. Ou justamente por causa do vento. Eu era um guerreiro purificado pelo vento. O vento e eu éramos um (SCLIAR, 1977, p. 157).

O novo homem que se revela a partir da carta que recebe de seu pai, quando ele não o considera mais seu filho, somado ao presente que herda de seu avô, a espada, impõe a Picucha uma tomada de decisão, ou seja, um posicionamento mais ativo em relação ao que está acontecendo e, por consequência, honrar seu pai e família, agindo com a dignidade que até então lhe faltara. Talvez esteja aí a determinação de seu fim: Picucha decide, de uma vez por todas, abandonar a sua imobilidade e acomodação para ceder lugar a um homem digno de valor, uma vez que seus brios foram tocados de forma intensa pela atitude sem reconciliação de seu pai.

Ao contar sua história de vida (fazer sua autobiografia) ao “paulista”, conta tudo o que presenciou durante o período conturbado do “mês de cães danados” (SCLIAR, 1977, p.165), o que acarretará em sua própria destruição, já antecipada pelo uso de um adereço ‘macabro’:

De que é feito? Adivinha, paulista. Não, nunca adivinharás. São caveirinhas de ratos, paulista. De ratos, de ratazanas, de camundongos, a até de um morcego. [...] Fui eu mesmo que os matei, começando por um ratão que me mordeu o pé – decapitei-o na hora. Este, liquidei-o em legítima defesa. Os outros, pelo simples amor à caça, pelo prazer de matar (SCLIAR, 1977, p.106).

O convívio permanente com uma situação de risco como a que Picucha constantemente vivi, pois que é mendigo e mora na rua e de seus transeuntes tira o seu “sustento”, reiterado pelo uso de um colar que remete à luta entre o mais forte contra os mais fracos, reforça a ideia de que sua história será “apagada” dos registros. Entretanto, mesmo que sua voz desapareça, a narrativa já foi contada e “gravada” pelo seu misterioso interlocutor, o que garantirá sua perpetuação e a conseqüente revisitação de momento singular da vida política brasileira.

REFERÊNCIAS

- FELIZARDO, Joaquim J. *A Legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- GUIMARÃES, Josué. *Os tambores silenciosos*. Porto Alegre: Globo, 1977.
- HOWE, Irving. *A política e o romance*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- KOTHE, Flávio. *A alegoria*. São Paulo: Ática, 1986.
- KOTHE, Flávio. *Para ler Benjamin*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- MELO, Ana Cecília Água de. *Humildes livros, bravos livros: cenas da história brasileira na ficção de Moacyr Scliar*. Dissertação (Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP), Campinas, 2004.
- ORWELL, George. *Why I write*. New York: Penguin, 2004.
- SCLIAR, Moacyr. *Mês de cães danados*. Porto Alegre: L&PM, 1977.
- TODOROV, Tzvetan. *Teorias do símbolo*. Trad. Maria de Santa Cruz. Lisboa: Edições 70, 1977.
- VERÍSSIMO, Erico. *Incidente em Antares*. Porto Alegre: Globo, 1976.
- ZILBERMAN, Regina. *Roteiro de uma literatura singular*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1992.
- ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

Artigo recebido em março de 2015.
Artigo aceito em junho de 2015.